



Reforma da Previdência: especialistas criticam argumentos falaciosos do governo

Encaminhada ao Congresso no dia 6 de dezembro do ano passado, a PEC 287 propõe que o trabalhador contribua por 49 anos para ter acesso ao benefício integral. A reforma prevê também o fim do fator previdenciário e da fórmula 85/95, que soma idade com tempo de contribuição, para mulheres e homens, respectivamente. O governo tenta convencer o brasileiro a contribuir mais, sob a justificativa de que existe um “rombo” no caixa da Previdência e do envelhecimento da população. Especialistas contestam e intuições rechaçam os argumentos usados pelo governo. **Páginas 4 e 5**

OPINIÃO

Origens e futuro da PEC temerária

Página 8

ANÁLISE

O crime no Amazonas: violência x direitos

Página 9

ARTIGO

A crise no sistema prisional e a sensação de insegurança no Amazonas

Página 10

MOBILIZAÇÃO

Fórum LGBTQ+ colore luta contra discurso ‘cinzento’ na Ufam

Foto: Annyelle Bezerra



“Nem menos, nem mais. Direitos iguais!” são algumas das palavras de ordem de professores, técnicos e estudantes da Ufam que começam a dar o tom na luta contra o discurso de ódio e preconceito na instituição. Com apoio de várias entidades, entre elas a ADUA, o movimento LGBTQ+ realizou um ato contra a intolerância no hall do ICHL este mês e agora organiza outras ações sem esquecer a mensagem: Estamos aqui para viver! **Página 3**

ENTREVISTA

Luta conjunta está em crescimento no AM, avalia dirigente sindical

Páginas 6 e 7



Nosso Jornal da ADUA está em processo de mudança. Já nesta edição algumas alterações podem ser vislumbradas: ele passa a ser mensal e com 12 páginas. As modificações editoriais podem ser percebidas na dedicação a reportagens com perfis mais opinativos, deixando de lado a observação mais noticiosa, como é exemplar a matéria sobre o que nos atingirá se a proposta de contrarreforma da previdência do governo for aprovada. A discussão sobre a carga horária docente, anunciada na edição passada, segue sendo construída e, portanto, constituirá matéria somente na próxima edição. Alguns dos temas tratados parecem se repetir, afinal ataques a direitos fundamentais como a seguridade, aposentadoria,

segurança e educação públicas, permanecem sendo pautas da luta dos trabalhadores no Brasil e no mundo, já que os retrocessos impostos por governos como os de Temer, Trump e Macri, nos impõe este flash back macabro do tempo dos engenheiros. 2017 inicia mostrando que nossa jornada de lutas será ainda mais intensa. No estado do Amazonas, chacina e fuga em massa de presidiários no Compaj choca o Brasil e se alastra para outros presídios país afora, evidenciando o fracasso da política baseada no encarceramento da população pobre. A propalada Reforma da Previdência é outra calamidade anunciada. Neste sentido, além de opor resistência nas instâncias decisórias do estado, é preciso com-

bater a disseminação midiática de dois frágeis argumentos governistas: 1) o aumento da expectativa de vida da população brasileira, argumento que desconsidera a desigualdade na longevidade média do brasileiro em suas distintas regiões e; 2) o chamado “rombo” na previdência, argumento falacioso vindo de um governo que promove renúncia fiscal da ordem dos duzentos bilhões de reais para os cofres da união. Para isso, esta edição traz uma das maiores especialistas brasileiras no assunto, nos oferece subsídios para esta importante discussão. Formação e informação! Diria Galeano “Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos”. Boa leitura!

Notas

MPF denuncia servidor da Ufam por fraude em PSC

Apesar dos inúmeros mecanismos de segurança anunciados para barrar fraudes, suspeitas deste tipo são sempre levantadas nos certames da Ufam, e mais uma vez o “bichinho da corrupção” agiu dentro da universidade. Um servidor do setor de editoração da Ufam e o neto dele foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF/AM) como autores do vazamento das provas do Processo Seletivo Contínuo (PSC) da Ufam de 2016. Previsto para ocorrer em novembro de 2015, o concurso precisou ser adiado gerando um prejuízo de mais de R\$ 386 mil. Conforme informações divulgadas pela imprensa local, um exemplar da prova foi encontrado na casa dos denunciados. Os depoimentos apontam que o servidor da Ufam foi quem facilitou a obtenção da cópia. Imagens do conteúdo das questões de química da segunda etapa do PSC chegaram a circular no aplicativo “Whatsapp”, na véspera do concurso.

Ciência brasileira sofre mais um golpe

A situação orçamentária da ciência brasileira já prejudicada pela recente aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16, que retira orçamento de áreas fundamentais como saúde e educação, tende a piorar ainda mais após a

manobra parlamentar orquestrada pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual (LOA). Disfarçadamente, a artimanha cortou quase 90% do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI). Os recursos destinados para administração, capacitação e bolsas de pesquisa, que antes eram vinculadas à Fonte 100, que assegurava pagamento direto do Tesouro Nacional, agora são vinculadas à Fonte 900, que trata de recursos condicionados, não havendo qualquer garantia de que o valor de R\$ 1,712 bilhão será realmente destinado à área.

Cursos suspendem aula por sensação de insegurança

Mesmo a Administração Superior da Ufam insistindo que as atividades

da instituição prosseguiriam normalmente em todos os turnos, o início das aulas chegou a ser adiado em alguns cursos. O motivo? Sensação de insegurança. Em virtude da rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), que resultou na morte de 60 presidiários e na fuga de mais de 200 detentos, e do aumento da sensação de insegurança na cidade, as aulas noturnas nos cursos de Psicologia, Biotecnologia e Engenharia de Produção tiveram o início transferido para a segunda semana de janeiro. Na Psicologia, conforme nota publicada pela coordenação no Facebook, a medida foi adotada porque nem a Administração Superior nem a Proeg haviam se pronunciado, até aquele momento, sobre a situação. Na Biotecnologia e na Engenharia de Produção, a informação circula em comunicado.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: Guilhermina Terra (Presidente), Aldair Oliveira de Andrade (1º Vice-presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

Jornalistas Responsáveis: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

Diretor Responsável: Welton Yudi Oda

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim e divulgação

Impressão: Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.
Site: www.adua.org.br

“ESTAMOS AQUI PARA VIVER”

Comunidade acadêmica repudia LGBTfobia na Ufam

Foto: Annyelle Bezerra

Um basta à violação de direitos e a afirmação da liberdade de manifestação de orientação sexual, identidade de gênero e combate à violência tomaram conta dos corredores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no primeiro mês de 2017. O preconceito, por tantas vezes silenciado e negado no ambiente universitário, ocupa o centro das discussões, no Conselho Universitário (Consuni), nas salas de aula e nas redes sociais de discentes, docentes e técnico-administrativos. A LGBTfobia, termo nem tão popular como deveria, vem à tona e ganha força, a partir de uma pichação num banheiro do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Através da infeliz frase “Morte aos Gays”, mais que um conjunto de letras e palavras ou um punhado de tinta *spray*, se desnuda a intolerância velada que habita, na maioria das vezes, o ambiente escolar, seja ele em qual nível for.

Para combater esse tipo de prática, representantes do três segmentos da comunidade acadêmica intensificaram as palavras de ordem contra o discurso de ódio e preconceito na instituição, um espaço que se concebe para a liberdade e o livre pensar, assim como, para se conviver com as diferenças. A recente pichação que ganhou destaque nas mídias sociais e chamou atenção da comunidade acadêmica provoca reações distintas, mas o entendimento de que não se pode reduzir o tema à simples procura por culpados é opinião unânime.

O silêncio que, até então acompanhou as vítimas de LGBTfobia, começa a ser quebrado. Além de manifestações, a possibilidade de que seja criada uma delegacia especializada em crime de discriminação, preconceito e intolerância religiosa, além de LGBTfobia, pode ser o pontapé inicial para a institucionalização legal da defesa dos direitos dos LGBT+ no Estado.

Recebida com surpresa até mesmo pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), a informação sobre o episódio de LGBTfobia ocorrido na Ufam, é ainda mais inadmissível por ter se dado num ambiente tão plural como a universidade.

Enfrentamento

A LGBTfobia no espaço escolar que, ao



“Picho” em um banheiro do ICHL, com discurso de ódio, foi substituído por uma narrativa inclusiva

mesmo tempo amedronta e serve de alerta, deve ser enfrentada na Ufam através de manifestações como a “Estamos Aqui Pra Viver” que levou dezenas de pessoas ao hall do ICHL no início deste ano, para dizer não à intolerância e de ações de médio e longo prazo oriundas da atuação do Grupo de Trabalho criado, em julho, pelo Consuni para definir as políticas de combate a violência de gênero na Ufam e de projetos de extensão como o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas.

Embora ocorram no espaço universitário, pouco se sabe ainda sobre os atos de lgbtfo- bia, havendo a necessidade de pesquisas que apontem o perfil destes agressores e como é possível enfrentar o problema de forma aprofundada.

Números

No Amazonas, de 2011 a junho de 2014, 111 denúncias de crimes contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT+) chegaram ao conhecimento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), através do Disque 100, criado para receber queixas de violações aos direitos humanos. Discriminação e violência psicológica e sexual

estiveram entre os crimes mais denunciados no Estado, conforme os dados.

Os constrangimentos e agressões relatados pelos autores das ligações, que não se identificaram, ocorreram em espaços do dia a dia como ruas (19), na casa da vítima (170), na casa do agressor (3), em casa não especificada (3), no local de trabalho (5), em hospitais (2) e até em delegacias de polícia (1).

No Brasil, em 2015, o número de denúncias de crimes contra a população LGBT+ cresceu 94%, no comparativo ao ano anterior. Os telefones do Disque 100 tocaram 1.983 vezes para o recebimento de queixas relacionadas a discriminação (53%), violência psicológica (26%), violência física (11%) e negligência (2%). Quase metade (47%) dos casos de homofobia e “transfobia” aconteceu nas redes sociais.

Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, as vítimas são, em maioria, homens gays negros e pardos, entre 18 e 30 anos de idade.

As recebidas pelo Disque 100, as denúncias são encaminhadas a órgãos como centros de referência de combate à homofobia, Defensoria Pública e Ministério Público para que os responsáveis sejam identificados.

PEC 287

Quem ganha e quem perde (o que você precisa saber)

Por Anderson Vasconcelos

Se você considera desgastante dedicar três décadas da sua vida ao trabalho e, religiosamente, descontar a alíquota referente à Previdência Social, imagine ter que contribuir por mais 19 anos para ter acesso à aposentadoria integral. É esse um dos pontos mais polêmicos do projeto do governo Michel Temer para os trabalhadores brasileiros, com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, conhecida como a PEC da Reforma da Previdência – mais um item da “agenda regressiva” com impacto para quem mantém a economia do país.

Pela “lógica” da PEC, o trabalhador terá que contribuir por 49 anos para ter acesso ao benefício integral e ter no mínimo 65 anos de idade, não importa se homem, se mulher, se político, se trabalhador do campo, da iniciativa privada ou mesmo se servidor público – que continuará se aposentando pelo Regime Próprio (RPPS), mas com regras igualadas às do Regime Geral (RGPS), para aqueles funcionários ingressos no serviço público a partir da instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC). De fora, somente os integrantes das Forças Armadas, cujas regras, segundo o governo, serão tratadas posteriormente.

O texto encaminhado ao Congresso no dia 6 de dezembro do ano passado propõe ainda o fim do fator previdenciário e a da fórmula 85/95, que soma idade com tempo de contribuição, para mulheres e homens, respectivamente. Quem tem o chamado “direito adquirido” do benefício não corre nenhum risco com essas alterações: pessoas que já recebem aposentadoria ou pensão ou que já completaram condições de acesso a elas. Aos demais (homens com menos de 50 anos e mulheres com idade inferior a 45), na prática, trata-se da abolição da aposentadoria integral.

O governo sustenta que a PEC faz parte de um conjunto de medidas indispensável para “evitar a quebra do sistema previdenciário brasileiro” e tenta convencer a sociedade de que o

brasileiro deve trabalhar mais, basicamente sob duas justificativas: a de que existe um rombo na Previdência – o déficit do RGPS foi de R\$ 86 bilhões em 2015 e pode subir para R\$ 152 bilhões em 2016, segundo o Ministério da Previdência – e o envelhecimento da população, com aumento da expectativa de vida da população brasileira e de sobrevivência dos idosos.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que assina a proposta, afirmou que a PEC “não é uma questão de desejo, mas de necessidade”. Mas, o governo deixa uma “palavra de conforto” em virtude dessa medida impopular: “a aposentadoria nunca será inferior a um salário mínimo”, valor corrigido para R\$ 937, em vigor desde 1º de janeiro deste ano. Atualmente mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras têm o mínimo nacional como seu rendimento mensal.

Enquanto a propaganda oficial veiculada na TV, no rádio e nas mídias sociais tenta persuadir milhões de trabalhadores de que as mudanças são necessárias – um dos slogans da campanha diz “Ou reforma a Previdência, ou ela quebra” – especialistas contestam e instituições rechaçam os argumentos usados pelo governo e afirmam que é preciso aumentar a pressão e mobilização popular para barrar um assunto tão caro quanto a PEC 287.

Em nota, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) diz que não existe rombo. “O falso déficit da Previdência é um pretexto para forçar os trabalhadores a pagar maiores contribuições por mais tempo, levando-os a prolongar os anos em atividade. Assim, os benefícios serão pagos por um período menor, mais próximo do final da vida das pessoas”. De acordo com a entidade, o governo não faz os cálculos corretos ao deixar de fora outras receitas que financiam o Sistema de Seguridade Social (Previdência, Assistência e Saúde), como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), entre outras (previstas no artigo 195 da CF). Segundo a Anfip, houve superávit (receitas maiores que despesas) de R\$ 24 bilhões em 2015.



Imagem: Reprodução



Qual o futuro dos trabalhadores brasileiros? O que fazer para barrar sucessivos retrocessos?

Uma das maiores especialistas brasileiras no assunto, a economista e pesquisadora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Denise Gentil, afirma, categoricamente, em um vídeo publicado nas mídias sociais que o discurso do rombo na previdência é uma falsificação. “Esse governo que diz que existe um rombo de R\$ 85 bilhões em 2015, foi o mesmo governo que fez uma renúncia de receitas de R\$ 283 bilhões, sendo R\$ 153 bilhões da Seguridade Social. Não se pode compreender que um governo diga simultaneamente que tem déficit em um setor e renuncia a receitas desse mesmo setor”, argumenta.

No vídeo, postado pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e compartilhado mais de 1000 vezes no Facebook, Gentil chama atenção para outro dado que anula o discurso do déficit. “O governo aprovou recentemente a desvinculação das receitas da União, elevando esse percentual de 20% para 30%. Ou seja, hoje o governo pode se apropriar de receitas que constitucionalmente estão vinculadas a gastos com a Seguridade Social e gastá-las em outras despesas que escolher fazer, como o pagamento de juros de dívida pública”, explicou a professora, destacando o caráter contraditório da medida. Para ela, a política adotada pelo governo federal “afronta a inteligência dos brasileiros”. A tese de doutorado da docente tem como título “A falsa crise da Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005”.

Expectativa de vida

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) também criticou, por meio de nota, a Reforma da Previdência. Para a entidade, a proposta “não condiz com a realidade de toda a população brasileira” e é “inaceitável” uma mudança que “que viole os direitos e garantias fundamentais, piorando as condições de vida dos

brasileiros” e ainda sem fazer um “debate sério e qualificado com os trabalhadores e servidores públicos”. A exigência de quase cinco décadas de contribuição para se obter aposentadoria integral, na avaliação da entidade, pode contribuir para ampliar as desigualdades sociais.

Na tentativa de justificar a necessidade do ajuste o governo usa projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2013, segundo a qual a participação dos idosos na população total vai aumentar de 10% para 33,7% em 2060. O que não se diz, ainda com base nos dados do IBGE é que a expectativa de vida médio do brasileiro naquele ano era 74,8 anos, número que cai para 72 anos quando considerados o Norte e o Nordeste brasileiros, e para a faixa dos 67 anos, no caso de homens de vários Estados dessas duas regiões. Para esse grupo, em Alagoas, por exemplo, a expectativa é de 65,8 anos. Ou seja, apenas 8 meses a mais que a idade mínima para a aposentadoria.

Assim como a Ajufe, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) rechaçou a elevação da idade mínima para o acesso ao benefício. “Parece que o que se quer é que o cidadão não se aposente. Não podemos admitir que a reforma outorgue àqueles que contribuíram com a Previdência por muitos anos o direito a receber somente um sonho”, criticou o presidente da entidade Claudio Lamachia. Para a OAB, o assunto “deve ser objeto de profundo debate com todos os setores envolvidos”.

As centrais sindicais também se sentiram incomodadas com o tema, mesmo aquelas mais próximas do governo Temer, como a Força Sindical e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Elas rejeitam as regras propostas no texto, principalmente a elevada idade mínima para aposentadoria e ainda a ausência de requisitos diferenciados para as mulheres, trabalhadoras que costumam receber salários menores e enfrentar jornadas maiores, considerando as res-

ponsabilidades que assumem dentro e fora do mercado de trabalho. Sobre a Reforma da Previdência, a CSP-Conlutas também mandou seu recado: “não vamos aceitar!”. A Coordenação Nacional da Central se reunirá em São Paulo no início de fevereiro para debater o tema e articular ações estratégicas contra a proposta. Uma delas já está em andamento. Trata-se de um vídeo sobre a PEC 287, lançado no início deste mês e por meio do qual a CSP mostra como a proposta vai impactar a vida dos trabalhadores brasileiros.

Impacto que o sociólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas, Francinézio Amaral avalia como mais incisivo para as camadas menos favorecidas. “Essa proposta de Reforma sinaliza que o governo desconsidera as múltiplas realidades do país. Isso significa dizer que a aposentadoria deixaria de ser um direito, uma vez que ela não estaria mais à disposição de todos os cidadãos, apenas daqueles que cumprirem com essa prerrogativa da idade mínima. E isso claro penaliza aqueles [cidadãos] das classes menos favorecidas”, analisa.

Entenda

De acordo com as regras atuais, o trabalhador pode escolher entre a aposentadoria por idade, com limites de 65 anos para homens e 60 para mulheres, ou por tempo de contribuição, fixados em 35 e 30 anos, respectivamente.

O texto da reforma estabelece que a regra para cálculo do benefício seja 51% da média de todos os salários de contribuição do trabalhador, acrescidos de um ponto percentual por cada ano de contribuição. Considerando que para ter acesso ao benefício, pela proposta, é preciso ter pelo menos 25 anos de contribuição, o valor será então, na prática, 76% da média do salário.

Se a média de salário for R\$ 3 mil reais, por exemplo, após 25 anos de contribuição, a média da aposentadoria, aos 65 anos de idade, será R\$ 2.280. Se ao chegar à idade da aposentadoria, o trabalhador tiver 35 anos de contribuição, esse valor sobe para R\$ 2.580. Para receber os R\$ 3 mil, nesse caso, só com 49 anos de contribuição.

Extra, extra

Levantamento feito pela Ong Repórter Brasil – fundada em 2001 com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos trabalhadores no país – mostra que o governo poderia arrecadar mais de R\$ 110 bilhões caso priorizasse outras alternativas para as contas previdenciárias, ao invés de repassar a conta do suposto déficit para o trabalhador. Só com as isenções fiscais o governo tira R\$ 55 bilhões da Previdência. Além do fim das isenções, outras opções são investir no combate à sonegação e na redução da informalidade do mercado.

CONVERGÊNCIA

Unificação da luta estudantil à luta em processo no Amazonas, afirma

Nesta entrevista, concedida à jornalista Annyelle Bezerra, o primeiro vice-presidente da Regional Norte 1 do ANDES-SN e professor da Ufam, Marcelo Vallina, discorre sobre a fase atual do processo de convergência da luta estudantil com a luta da classe trabalhadora no Amazonas, assim como os desafios ideológicos a serem superados para que a resistência à retirada de direitos a diversos segmentos, dentre eles a Educação, seja eficaz. Vallina aponta ainda a necessidade de que estudantes e docentes afinem suas ações para a defesa de pontos estratégicos como a assistência estudantil e a melhoria das condições de trabalho nas universidades.

“

O grande desafio além de motivar os estudantes a se incorporarem na luta é juntar principalmente com uma direção política todos esses movimentos que estão demandando direitos ou tentando resistir aos ataques atuais.

”

Como construir uma ponte entre a luta estudantil e a luta da classe trabalhadora no Amazonas?

Aqui no Amazonas acredito que esse processo de mobilização com os secundaristas e universitários está começando, inclusive já houve algumas mobilizações em conjunto. O grande desafio que se perfila para esse ano é defesa dos direitos sociais e como nós vamos enfrentar esse ataque. Como as centrais sindicais vão se posicionar perante a contrarreforma trabalhista e previdenciária e como estabeleceremos a unidade na ação. Sempre temos que pensar que os estudantes são fundamentais, mas também existem outros movimentos. Em cada região existem diferentes movimentos que estão mais organizados como, por exemplo, os LGBT+, as mulheres, os movimentos do campo, etc. Então, nosso grande desafio é articular tudo isso na ação, e tentar barrar o processo de ataque do capital contra os direitos dos trabalhadores. Outra discussão que deve se dar no Congresso [36º Congresso do Sindicato Nacional, em Cuiabá, de 23 a 28 de janeiro] e terá que ter um posicionamento da base do ANDES-SN, será a avaliação sobre o recrudescimento do conservadorismo no Brasil. Se nós formos ver os projetos que tramitam hoje no Senado, como o Estatuto da Família e o Escola Sem Partido, é uma verdadeira avalanche de projetos neoconservadores. Se não tentarmos frear isso e não nos juntarmos, a educação pública vai ficar cada vez pior, não só financeiramente. Eu acredito que, apesar das derrotas legislativas no último ano, tivemos no Amazonas e no Brasil um avanço em termos de organização, que se expressou na criação de espaços de discussão e na articulação de várias ações. Todavia, a ação das grandes centrais sindicais, ficou aquém da necessidade do momento. O grande desafio nas IFE, além de articular a luta com os estudantes, é que os professores compreendam claramente o que significa a reforma previdenciária e trabalhista do governo ilegítimo de Temer, porque parece que isto ainda não está claro. Isso é o que mais está motivando esses diversos setores a lutarem pelos seus direitos, o que é extremamente importante e demanda que nós trabalhemos muito. É a partir daí que nós temos que tentar nos juntar e aprofundar os espaços onde haja a possibilidade, não de concordância ideológica, mas de unidade na ação, que é o que o ANDES-SN já defende há bastante tempo e que ficou expresso nas mobilizações de setembro e novembro, onde o Sindicato não só conseguiu mobilizações gi-

gantescas mas contribuiu decisivamente com a participação de setores e organizações da sociedade com os que se mantém importantes diferenças conceituais, mas que concordam com lutar contra os ataques. Acredito que esse seja um caminho para a construção de uma ponte entre a luta estudantil e a luta da classe trabalhadora. No final de 2016, apesar da aprovação da PEC, demos um importante salto qualitativo em termos de organização com os estudantes, como exemplo temos os estudantes que ocuparam a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Isso deu um fôlego importante para a luta em 2017. Agora, é continuar com essa construção e manter os espaços de discussão em que se encontram pessoas de diversas matrizes ideológicas, mas decididas a se encontrar na ação.

Quais obstáculos a luta docente precisa ultrapassar para alcançar de forma efetiva essa unificação? Qual a situação atual deste processo no Estado?

Acreditamos que os obstáculos se situam em pelo menos dois níveis, por um lado, no trabalho de base junto à comunidade acadêmica, dado que as condições de trabalho e da universidade atuais empurram os docentes a uma quantidade de atividades que não permitem uma reflexão séria sobre a conjuntura atual por parte comunidade. Por outro, o aumento do desemprego e o corte dos investimentos sociais jogará um contingente populacional crescente a condições de vida trágicas de sobrevivências e o desafio será convencer essas pessoas que o problema não é individual, mas de organização coletiva. As centrais sindicais deverão ter um papel mais ativo no combate à contrarreforma da Previdência. Sabemos que do sistema político muito pouco pode vir, então as centrais sindicais precisam discutir e tentar explicar para boa parte da população que é necessário resistir, sabendo que a mídia corporativa defende claramente o processo de contrarreformas. Pelo cenário atual, não é possível nos salvamos individualmente, porque as perdas de emprego e de direitos sociais serão permanentes. Convencer e organizar a população que não se encontra nos sindicatos será uma tarefa árdua. Apesar das diferenças, vamos conseguir entrar na unidade da ação com o movimento estudantil. Eu acredito que aqui no Estado já conseguimos progredir bastante nesse processo, mas ainda falta, uma vez que o que se conseguiu está muito focado na área da Educação. Vimos isso na participação

a da classe trabalhadora está a dirigente regional do ANDES-SN

da juventude nas mobilizações e ocupações da UEA que, embora tenham sido poucas, foram fundamentais, pois foi a juventude quem puxou a mobilização.

Há divergências de pontos de vista entre os dois segmentos? Quais?

Pontos de vista divergentes existem no próprio movimento docente nacional, o que não necessariamente é ruim. Nós vivenciamos isso aqui na universidade: na última assembleia docente, por exemplo, onde determinados grupos não queriam certos tipos de atividades, mas tampouco se dispuseram a realizar outras. As divergências entre os professores estão se explicitando e isso é bom porque deixa as coisas claras e permite avançar na organização. O mesmo se dá dentro do movimento estudantil. Existem diferenças internas tanto no movimento estudantil quanto no movimento docente, quanto entre os técnicos e, em algum momento, teremos que sentar e discutir. Nós docentes avançamos um pouco com as assembleias e teremos que manter, neste ano, uma mobilização permanente, além de criar outros espaços de discussão que nos permitam avançar sobre isso com os alunos e os técnicos. Acredito que isso está sendo tentado também no âmbito do Ensino Fundamental e Médio para fortalecer o movimento que deveria contribuir com uma grande greve geral, que freie os ataques.

Quais pontos poderiam ser defendidos conjuntamente por docentes e estudantes no Amazonas?

Tem uma questão fundamental que é o estrangulamento do financiamento da universidade, o que, associado à Reforma do Ensino Médio, levará ao enfraquecimento da educação no país e a um retrocesso similar ao da ditadura. O problema é que agora, diferente da época da ditadura, não há um mercado de trabalho em expansão, dado que o ajuste fiscal aprofunda o processo recessivo e o crescimento do desemprego. Existem hoje no Brasil cerca de 12 milhões de desempregados. Então a saída laboral que, em determinados períodos da ditadura era possível, é impossível nas atuais condições. Em síntese, as condições objetivas da educação unem aos diferentes segmentos. A questão é se conseguiremos produzir as condições subjetivas para resistir. Nós tivemos um exemplo aqui na própria universidade de uma professora que afirmou, numa assembleia, que mesmo estando com reagente vencido dava uma boa aula, ou seja, até quando na-

turalizaremos a situação? Em algum momento os alunos também farão esse questionamento, pois isso vai afetá-los diretamente. E quando não tiver mais nem reagente vencido, vai se fazer o quê? Existe uma série de condições materiais que estão levando as pessoas a compreenderem que nós não estávamos lutando por aumento salarial em 2015 e 2016, mas sim pela própria existência da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada que o Sindicato sempre defendeu. Os prédios construídos nos últimos quinze anos deverão ser mantidos e como vamos fazer isso com cada vez com menos orçamento? Outra questão é a assistência estudantil. Na época da greve, fizemos um estudo que mostrou que desde 2004/2005, quando começou o Reuni, até 2014, os recursos da rubrica de assistência estudantil aumentaram muito pouco. Como até 2014 o orçamento da universidade teve crescimento acima da inflação permitia ter um volume maior de recursos, mas agora, será cada vez mais difícil manter nossos/as discentes em sala de aula. Um estudo da Andifes aponta que a maior parte da população universitária vive em famílias que ganham até três salários mínimos. Ou seja, o panorama para a educação é extremamente difícil. O caso da UERJ é um exemplo claro do que acontece atualmente, e como dizia um professor da Ufam parece ser um caso modelo. Os campi da expansão sofrem faz tempo esses problemas, que agora se aprofundam. Um exemplo é a quantidade de professores colaboradores, voluntários existentes. Em definitiva ou nos unimos na ação ou o país regressará aos tempos da ditadura.

Entrevistado: Marcelo Mario Vallina

Formação: Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).



Foto: Arquivo/ADUA

POLÍTICA (anti) PÚBLICA

Origens e futuro da PEC temerária

Foto: Divulgação/Gazeta do Povo

Por José Seráfico

Parece dissipada qualquer dúvida a respeito dos verdadeiros objetivos da derrubada de Dilma Rousseff. Mesmo os mais declarados adversários da ex-Presidente admitem nulo qualquer vínculo do impeachment com a roubalheira praticada por muitos dos auxiliares da ex-Presidente da República.

Se a edição do documento Ponte para o futuro não bastou para desfazer o que não foi mero equívoco, as propostas apresentadas por Michel Temer, já instalado na Presidência, tornam mais clara a situação. A começar da equipe com que pretendia governar, substancialmente manchada pelos mesmos pecados de que são acusados os envolvidos com a Lava Jato. Mesmo a saída de alguns dos membros do Ministério não faz mais limpo o primeiro escalão da República, ainda falta muito até que tal limpeza se comprove.

Também se vai vislumbrando com mais clareza a inspiração correspondente ao golpe parlamentar que tirou Dilma. Nada a ver com a moralização do País e o aperfeiçoamento de seus mecanismos ainda considerados democráticos. Trata-se, mais uma vez, do controle das riquezas do País, objetivo a que se dedicam os assim chamados investidores, que só o são porque realmente investem – desafortunadamente, contra os países e suas riquezas. Não se cogite de investir em ou no, mas contra. É o que têm feito os grandes capitais, aqui e alhures.

Antes de analisar especificamente o conteúdo de alguns dos projetos enviados pelo Planalto ao Congresso, cabe digressão sobre o horizonte temporal fixado pelo Executivo: vinte anos! A exclamação se justifica pelo exagero em que consiste. Não são apenas os brasileiros que hoje aguardavam para desfrutar da aposentadoria, nem os jovens prontos para ingressar no mercado de trabalho que sofrerão as consequências – raríssimas benéficas – das políticas (anti) públicas patrocinadas pelo governo.

Desejam Temer e seus temerários seguidores condenar toda uma geração, a pretexto de equilibrar as contas públicas. Para tanto, fazem exercício retórico cheio de mesóclises, ainda que absolutamente vazio de argumentos razoáveis. Um deles, alegando déficit fiscal que não se sustenta, diante de números alardeados pelas próprias autoridades. Um,



por certo, é cuidadosamente mantido fora de foco, a fim de não incendiar os que sabem fazer as quatro operações matemáticas.

Refiro-me às reservas cambiais, que o Brasil acumula em volume muito próximo dos 400 bilhões de dólares. Tentada uma vez a aplicação de parte dessa dinheirama para suprir os 170 bilhões de dólares contabilizados como déficit do exercício de 2016, a ideia foi rechaçada. Sendo um “fundo soberano”, o que quer que isso queira dizer, não poderia ser utilizado para equilibrar as contas nacionais. Mas poderia, como logo a seguir se soube, ser objeto de operação financeira favorável ao Fundo Monetário Internacional.

Há os que veem nessa reserva a garantia do pagamento de dívidas internacionais, capítulo por investigar, tantas as falcatruas em que se envolveram os agentes do setor privado, nos últimos anos. Sempre tendo nos capitais internacionais suas costas quentes.

Seguem a mesma maldosa e perversa lógica as leis arrancadas do Congresso. Sem qualquer possibilidade de afetar o núcleo central de nossas dificuldades – a desigualdade de renda –, todas as providências se dirigem a assegurar taxas de lucro e juros reiteradamente mantidas, quando não ampliadas. Enquanto isso, apenam-se os trabalhadores, com a eliminação de direitos sociais conquistados a muito custo. É como se nosso destino fosse um distante 12 de maio de 1888.

Sob a perspectiva das políticas públicas, o olhar governamental contempla o tiro de mi-

sericórdia no que ainda está sob o controle do Estado. É para aí que se dirigem quase todas as ações, abrindo ainda mais o campo a toda sorte de exploração. O exemplo da Petrobrás é ilustrativo. Nem se admire se, não tardará, envolvidos nas falcatruas promovidas por alguns dos graúdos da ex-estatal forem apanhados com a oportunidade de novos e mais lucrativos negócios. O esforço do atual governo por causar empecilhos às investigações e poupar os que lhes não têm faltado com o aplauso interesseiro e a vassalagem habitual converge para isso.

As mudanças operadas na legislação trabalhista, na operação de diversos setores da vida nacional e da educação obedecem a um mesmo fio condutor: o enfraquecimento do Estado, a precarização do trabalho e a outorga de mais privilégios aos ganhadores de sempre.

Açoitado pela insegurança que afeta muito mais que os presídios, o governo tem como prioritária a segurança dos investidores, não dos cidadãos brasileiros. Tanto é assim, que Michel Temer evitou quanto pode intervir no processo que começou com a degola de presos mantidos sob a custódia do Estado brasileiro. Esse mesmo, a que se atribuem as qualidades de democrático e de direito.

José Seráfico é advogado e professor titular aposentado do Departamento de Administração, da Faculdade de Estudos Sociais (FES) da Ufam.

CONFRONTO

O crime no Amazonas: violência X direitos

Por **Luiz Fábio Paiva**

A Amazônia é historicamente objeto de discussão, apropriação e intervenção dos governos e suas mais variadas agências de controle social. O problema de sua excessiva tematização é o desconhecimento que instâncias de poder governamental tem sobre a realidade de pessoas que vivem na conhecida mundialmente “maior floresta tropical do planeta”. Assim, é oportuno observar durante o processo de crise institucional do sistema prisional do Amazonas, as condições sociais do crime nesse Estado sendo objeto de discussões negligenciadas por segmentos que, em tese, são responsáveis pela promoção e defesa dos direitos de pessoas a segurança. Ao considerar a realidade de territórios amazônicos como o da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, encontramos um lugar permeado por problemas sociais e repleto de instituições de controle policial. Ali, o narcotráfico encontrou os meios necessários para criar um esquema transfronteiriço de produção e passagem de drogas, sobretudo, pasta base de cocaína. Além da droga que passa, quantidades de cocaína alimentam um mercado ilegal constituído no Alto Solimões, com efeitos diversos na vida das comunidades que vivem nessa região. Outro elemento importante é a formatação de um mercado ilegal que agencia pessoas para os mais diversos trabalhos necessários ao tráfico de drogas. Enquanto a polícia atua fundamentada em uma política de repressão ao tráfico, os envolvidos no tráfico encontram meios de realizar as conexões entre as áreas de produção e os mercados ilegais de drogas em outras cidades brasileiras e até de outros países. As múltiplas conexões existentes nas passagens e comércios de drogas geram consequências sérias para os indivíduos envolvidos nas diversas dinâmicas do tráfico. Pessoas que aceitaram passar com determinadas quantidades de drogas, mesmo sem um engajamento mais profundo no mundo do crime, em geral, são presas por uma ação policial que visa a situação e não o conjunto da obra. Os mercados ilegais também são alvos de disputas entre organizações criminosas que exercem sua força pela violência implementada contra seus inimigos, afetando, sobretudo, a qualidade de vida das áreas mais pobres das cidades que, em geral, concentram o maior número de ocorrências criminais. No Amazonas, as diferentes popu-

lações que compõem o seu cenário sociocultural vivenciam as consequências das dinâmicas do tráfico e das violências decorrentes das práticas de acerto de contas. A população mais jovem e do sexo masculino tem sido a mais afetada. Muito cedo jovens se envolvem no mundo do crime e esse processo envolve uma série de compromissos relacionados à como ele deve e não deve proceder. Isso significa que ele precisa atuar de acordo com regras que orientam sua conduta. Essa associação ocorre, em muitos casos, por meio de organizações criminosas como a Família do Norte (FDN), o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), as mais conhecidas no Norte do País. Ser de um desses grupos significa, em determinados momentos, ser inimigo do outro e atuar para matar e defender a visão do seu grupo. Observamos, no Amazonas, que a FDN e CV estabeleceram uma aliança e tornaram os integrantes do PCC em seus alvos dentro e fora de presídios do Estado. Nos locais em que o Estado deveria atuar para responsabilizar as pessoas pelos seus crimes, as organizações criminosas en-

Essas mortes não serão esquecidas por organizações criminosas que sofreram as baixas e muito menos por pessoas ligadas aos presos que foram assassinados

contram os meios de estabelecer seu domínio e reforçar as alianças e conexões necessárias para crimes complexos como os que envolvem o narcotráfico. A rebelião do início de 2017, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), foi marcada pela morte de 56 pessoas e revelou para o mundo inteiro a fase perversa de um sistema prisional que, grosso modo, não pode ser compreendido como um sistema. Os presídios brasileiros são depósitos em que pessoas são jogadas e tratadas de maneira cruel e desumana. Foi exatamente nesse espaço, se aproveitando do sentimento de revolta e indignação dos presos que, em linhas gerais, as organizações criminosas encontraram o espaço ideal para exercer seu trabalho de orientação política do mundo do crime. Por isso, a força de organizações como a FDN, no Estado do Amazonas, não

pode ser compreendida sem o entendimento do papel do governo estadual. Como ocorre também em outros estados brasileiros, em virtude de sua ação e omissão do governo estadual, pessoas tuteladas pelo Estado, durante um processo de cumprimento de pena, conseguiram ter o controle de um presídio, torturar e matar 56 pessoas. Embora essas mortes sejam esquecidas pelos agentes públicos e celebradas por pessoas que acreditam que “bandido bom é bandido morto”, elas não serão esquecidas por organizações criminosas que sofreram as baixas e muito menos por pessoas ligadas aos presos que foram assassinados. Por um longo tempo, outras pessoas irão sofrer as consequências dos circuitos de vingança ativados por essas mortes e tanto dentro quanto fora do presídio as pessoas sofrerão mais com a insegurança oriunda dos acertos de contas próprios do mundo do crime. Infelizmente, as possibilidades de transformação dos cenários de violência vividos hoje, no Amazonas e no Brasil, são pequenas. As medidas adotadas, no século XXI, pelos governos brasileiros para o campo da segurança pública seguem um desgastado modelo de combate ao crime, sem pensar as dimensões sociais e culturais de problemas geradores de práticas ilícitas. As ações de segurança pública dos governos estaduais seguem a ideia de combate às drogas a qualquer custo, impondo às forças policiais a responsabilidade de resolver problemas que poderiam e deveriam ser pensados a partir de outras estratégias de enfrentamento. O combate às drogas gera um custo econômico pesado para os Estados, assim como um custo em vidas muito elevado, sobretudo, para os segmentos mais pobres da população. Apesar de drogas circularem e serem consumidas por diferentes classes sociais, são nas periferias que o combate é feito com maior violência, impondo aos seus moradores rotinas de violência com a qual eles são obrigados a conviver. Longe de o combate ter reduzido o consumo e a violência, ele apenas a intensificou ao longo dos últimos anos. Isso ocorre por que a violência não é um elemento de dissuasão de práticas, mas gerador de práticas. O que significa que uma ação violenta tem muito mais possibilidade de gerar mais violência do que eliminar a violência.

Luiz Fábio Paiva é professor da Universidade Federal do Ceará e ex-dirigente da ADUA.

PENALIZAÇÃO DA MISÉRIA

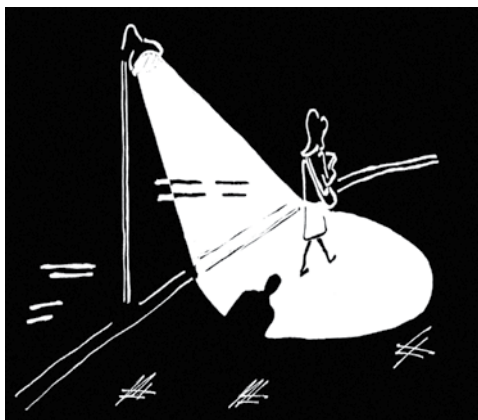
A crise no sistema prisional e a sensação de insegurança no Amazonas

Por Luiz Fernando de Souza Santos

O ano de 2017 começou com o país estarelecido com o massacre de 56 detentos no Complexo Prisional Anísio Jobim (COMPAJ), em Manaus. Mais de 180 presos fugiram, segundo informes oficiais. As cenas que correram o mundo via redes sociais e jornais impactaram pelo grau de barbaridade que envolveu a rebelião. Nos dias que se seguiram, quatro presos foram assassinados na Unidade Prisional do Puraquequara, e mais quatro morreram na Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa, que foi reativada para abrigar presos que sobreviveram ao massacre no COMPAJ. Na cidade de Manaus o clima de insegurança, que já não era insignificante dado as taxas altas e comuns de violência, ganhou as ruas: notícias de arrastões no centro, que levaram diversas lojas a fecharem as portas, boatos de toque de recolher na periferia, enfrentamento nas ruas entre membros de facções adversárias, uma onda de assaltos em várias zonas da cidade e greve de policiais civis, compuseram o imaginário e a vida material dos moradores. Mas, qual o solo estrutural, histórico, em que se assentam tais eventos? Há uma crise do sistema prisional ou a mesma só se explica no âmbito de crises mais gerais?

Loïc Wacquant, autor de *As Prisões da Miséria* (1999) e *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2003), expõe em tais trabalhos argumentos seminais para apreendermos sociologicamente os fatos ocorridos em Manaus. Wacquant, que também fez incursões pelo sistema prisional brasileiro, aponta que, no caso da sociedade norte-americana, as variáveis aumento da população carcerária e taxas de criminalidade não têm imediata correlação entre si. Num período no qual as taxas de criminalidade caíram e estagnaram naquele país, paradoxalmente a população carcerária continuou a crescer. Ao mesmo tempo em que a população negra diminuiu sua frequência nas estatísticas de crime, sua presença na população prisional aumentou continuamente.

A chave explicativa para tal disparate em relação aos discursos oficiais, assentados na iden-



tificação fácil e superficial de uma relação entre crime e prisões, está em tomar a prisão como uma instituição política, que penaliza a miséria. Numa era de precarização do mundo do trabalho, com subemprego e desemprego crescentes, desmonte de direitos e de políticas públicas sociais, as prisões são os depósitos onde o capitalismo aloca a massa de miseráveis que produziu no escopo da sua estratégia neoliberal de acumulação. Com o desmonte do Estado de bem-estar social coloca-se em seu lugar um Estado policial e penitenciário.

No caso brasileiro, marcado por uma estrutura profundamente desigual, na qual historicamente as elites nutrem um medo-pânico dos estratos populares - que se materializa em instituições políticas e jurídicas aparentemente modernas, fundadas em regras impessoais, mas que se realizam permeadas por arranjos irracionais e antimodernos que penalizam a massa da nação - o Estado policial e penitenciário tem centralidade como ambiente onde barbaramente os membros de tais estratos devem ser punidos. É nesse contexto que se explica a reação dos discursos oficiais diante do massacre em Manaus: o presidente ilegítimo Michel Temer disse tratar-se de um “acidente pavoroso”; o Secretário Nacional de Juventude do governo Temer, Bruno Júlio, assinalou que “tinha era que matar mais” (pressionado, o secretário pediu exoneração do cargo após tal pronunciamen-

to); o governador do Estado do Amazonas, José Melo, afirmou que entre os mortos “não tinha nenhum santo”; a Universidade Federal do Amazonas, em nota, usou a expressão asséptica “fatos lamentáveis”.

Convém avançar uma ideia complementar ao exposto até aqui: o massacre com requintes de crueldade ocorrido no interior do COMPAJ é a manifestação de um componente íntimo e recorrente do modelo de desenvolvimento capitalista na Amazônia. No livro “Expropriação e Violência” (1980), ao discorrer sobre a Guerrilha do Araguaia, José de Souza Martins faz o seguinte apontamento sobre os impactos da violência das forças do Estado brasileiro contra os guerrilheiros no imaginário indígena: “Os índios Suruí perderam a sua inocência e relatam estarrecidos a degola de um cadáver de guerrilheiro”. Num trabalho mais recente, “Fronteira” (2009), o mesmo autor, assinala o envolvimento de uma empresa privada, a Arruda, Junqueira & Cia. Ltda. no massacre de índios cintas-largas. A barbárie dos jagunços da empresa é dantesca: “uma índia foi agarrada, amarrada, aberta ao meio a facão e em seguida levou um tiro. A criança de colo que ela carregava foi morta com um tiro na cabeça”.

Sobre o horror no interior do COMPAJ, em Manaus, no dia primeiro, nada se diz, então, se o reduzirmos à tarjeta de management que o classifica como “fato lamentável” ou “acidente pavoroso”. Ele é o horror nosso de cada dia, patrocinado por uma matriz estrutural e histórica sanguinária, e na qual, de tempos em tempos, a parceria público-privado faz elevar o nível de destrutibilidade, de erosão, contra os grupos sociais que identifica como não humanos nos rincões da Amazônia. A crise do sistema prisional brasileiro, e particularmente, do Amazonas, é uma manifestação fenomênica da crise estrutural do capital. E a sensação de insegurança que toma conta das ruas da cidade de Manaus é uma variante da insegurança que o desmonte neoliberal da vida pública produziu.

Luiz Fernando Souza Santos é sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 03/10/2016 A 31/10/2016

QUADRO RESUMO	set/2016	out/2016
SALDO ANTERIOR	243.035,42	246.975,52
RECEITAS	85.034,76	85.105,56
DESPESAS	(81.094,66)	(75.778,23)
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	3.940,10	9.327,33
RESULTADO OPERACIONAL	246.975,52	256.302,85
Banco do Brasil S/A C/C	156.040,47	60.565,15
Aplicação Banco do Brasil	406.506,33	511.181,64
CAIXA	164,42	76,51
SALDO ATUAL DISPONIVEL	562.711,22	571.823,30

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 02/11/2016 A 30/11/2016

QUADRO RESUMO	out/2016	nov/2016
SALDO ANTERIOR	256.302,85	265.630,18
RECEITAS	85.105,56	85.082,33
DESPESAS	(75.778,23)	(117.603,37)
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	9.327,33	(32.521,04)
RESULTADO OPERACIONAL	265.630,18	233.109,14
Banco do Brasil S/A C/C	60.565,15	28.153,59
Aplicação Banco do Brasil	511.181,64	510.831,74
CAIXA	76,51	196,93
SALDO ATUAL DISPONIVEL	571.823,30	539.182,26

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/12/2016 A 30/12/2016

QUADRO RESUMO	nov/2016	dez/2016
SALDO ANTERIOR	233.109,14	200.588,10
RECEITAS	85.082,33	85.782,99
DESPESAS	(117.603,37)	(101.530,47)
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	(32.521,04)	(15.747,48)
RESULTADO OPERACIONAL	200.588,10	184.840,62
Banco do Brasil S/A C/C	28.153,59	9.496,93
Aplicação Banco do Brasil	510.831,74	515.757,63
CAIXA	196,93	460,22
SALDO ATUAL DISPONIVEL	539.182,26	525.714,78

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

CINEMA

A luta por reconhecer quem efetivamente merece

Foto: Divulgação

Por **Tomzé Costa**

O que dizer de uma população que não tem o menor apreço por sua memória? Assim é grande parte das pessoas que moram em Manaus. Se perguntarmos quem foi Cosme Alves Neto, vários balançarão a cabeça e com isto estarão dizendo desconhecer. Outros dirão sem pestanejar se tratar do autor do nome da avenida Cosme Ferreira, também sem saberem quem foi tal proeminente figura. A estes, podemos imputar meia-verdade. Sim, porque não se trata da mesma pessoa, mas do pai de Cosme Neto, o comerciante, político e jornalista amazonense que atuou de 1940 a 1960, Cosme Alves Ferreira Filho.

O documentário de longa-metragem *Tudo Por Amor ao Cinema*, dirigido pelo (quase desconhecido da população manauara) cineasta amazonense Aurélio Michiles, não só revela a importância de Cosme Alves Neto para a cinematografia local e nacional, como é uma verdadeira aula de cinema ao construir estética e tecnicamente momentos da vida de Cosme com imagens de filmes mundiais. Exibido em agosto de 2015 com toda pompa em Manaus num cinema comercial e agora, em dezembro de 2016, no espaço universitário da Ufam, o fil-

**Documentário foi lançado em julho de 2015**

me de Aurélio registra esse desconhecimento do personagem. Se a sessão de lançamento contou com a sala lotada (o que permite inferir ser um público ávido por “ganhar espaço na mídia”), a situação se inverteu um ano e meio depois na sessão universitária, mesmo contando com a participação do amigo de Cosme, o

escritor e dramaturgo Márcio Souza – não mais que dez pessoas na plateia.

Cosme Alves Neto morreu em 1996, no Rio, mas seu legado continua vivo na memória e na história do cinema brasileiro e latino-americano. Foi curador da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro por mais de três décadas e a dirigiu no período da ditadura militar, sendo alvo de prisões e torturas, como atestam os depoimentos no filme de Michiles. Nesse período à frente da Cinemateca, Cosme foi responsável pela conservação e recuperação de diversos filmes do cinema nacional, além de “embaixador” das cinematografias latino-americanas. Também foi um disseminador do movimento cineclubista que deu origem a uma geração de cineastas que fecundariam o cinema brasileiro. Aqui em Manaus foi um dos fundadores do GEC – Grupo de Estudos Cinematográficos, que alentou toda uma juventude ávida por conhecer os mistérios do cinema mundial, e ajudou a revelar para a história o pioneiro do cinema brasileiro Silvino Santos.

Tudo Por Amor Cinema não só é uma reflexão da paixão que Cosme tinha pela Sétima Arte como também a de Aurélio e todos os cinéfilos. É preciso que os manauaras conheçam suas principais personalidades não só por estarem em nomes de ruas...

Vale a pena ler

Livro: O fim do homem soviético

Autora: Svetlana Aleksíevitch

Editora: Companhia das Letras

Nº de Páginas: 3.595

Valor: R\$ 68



2012. Do fim da União Soviética ao panorama sombrio da era Pútin.

Neste livro, a voz dos órfãos da Revolução de Outubro – que completa seu primeiro centenário este ano – é marcada pelo tom melancólico que resulta do choque com o novo modelo econômico. Há também relatos raivosos dos opositores do regime comunista. É neste impasse que o livro ganha força: a antiga ordem acabou, mas a promessa liberdade e plenitude continua distante.

A perplexidade diante da falência da opressão é tocante. No prólogo de “O fim do homem soviético”, a própria autora, prêmio Nobel de Literatura em 2015, relata as lembranças do pai enquanto estudante no Instituto de Jornalismo em Minsk. “Ele lembrava que, quando voltavam das férias, era comum não encontrarem um

professor conhecido sequer, todos tinham sido presos. Eles não entendiam o que estava acontecendo, mas tinham medo. Tinha medo, como na guerra”.

O volume traz ainda uma retrospectiva da atribulada vida social e política russa a partir da morte de Jóseph Stalin, em março de 1953. Na verdade, trata-se de uma característica recorrente na história do país e que, aliada ao senso trágico daquele povo, inspiraram obras literárias que resistem ao tempo. Uma qualidade facilmente reconhecida na profundidade e amplitude do livro de Svetlana.

Daniel Amorim é formado em jornalismo pela Ufam e tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo Especializado.

COLUNA FALA JURÍDICO

ENTENDENDO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por **Fernanda Kelen S. da Silva**

No final do ano passado, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional a PEC 287/2016, a qual pretende alterar diversos dispositivos constitucionais com a finalidade de promover uma nova Reforma Previdenciária.

Inicialmente, destaca-se que a proposta busca atingir tanto os trabalhadores da iniciativa privada, segurados do Regime Geral de Previdência Social, quanto os servidores públicos, beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, unificando as regras de ambos os regimes. Ou seja, todos sofrem prejuízos.

Dentre as mudanças apresentadas está a instituição da idade mínima de 65 anos e do tempo mínimo de contribuição de 25 anos para a aposentadoria voluntária, equiparando os critérios para homens e mulheres e violando frontalmente o princípio da igualdade, visto que desconsidera as duplas e triplas jornadas às quais as mulheres estão submetidas e trata de forma igual situações notadamente diferentes.

Outro ponto que trará insegurança jurídica aos trabalhadores se refere à idade mínima de 65 anos, que poderá ser majorada toda vez que se constate o incremento de um ano na média nacional única correspondente a expectativa de sobrevida da população brasileira.

Além disso, para receber 100% do benefício, que corresponderá ao teto do INSS equivalente hoje a R\$ 5.189,82, o trabalhador precisa contar com 49 anos de contribuição, caso contrário fará jus à soma de 51% mais 1% por ano de contribuição, isto é, o indivíduo que contar com 25 anos de contribuição na data da aposentadoria, por exemplo, receberá somente 76% do benefício (51% + 25%).

A proposta traz uma regra de transição para os homens que tenham 50 anos de idade na data de promulgação da emenda e para as mulheres que possuam 45 anos nessa mesma data, os quais deverão cumprir 60 (homem)/55 (mulher) anos de idade, 35 (homem)/30 (mulher) anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria e um período adicional de contribuição equivalente a 50% do tempo que, na data de promulgação da emenda, faltaria para atingir o tempo necessário.

A título de exemplo, considere um servi-

dor que nesta data possua 55 anos de idade e 30 de contribuição. Em cinco anos ele poderá se aposentar com base no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com paridade e integralidade, desde que preencha os demais requisitos desta regra, quais sejam 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Supondo que a PEC seja aprovada, este servidor terá que completar os 60 anos de idade e 35 anos de contribuição antes exigidos, porém estará sujeito a um pedágio de 50% do tempo de contribuição que falta para completar os 35 anos, ou seja, se hoje ele conta com 30 anos de contribuição, faltam cinco anos, logo, ele terá que permanecer em atividade por mais sete anos e meio (5+2,5) para se aposentar.

Ao contrário do que se afirma, a PEC não resguarda completamente os direitos adquiridos, visto que abre a possibilidade de que os proventos de aposentadoria e pensão daqueles que já tenham preenchido as exigências das regras antigas sejam calculados na forma trazida pela proposta, a qual é extremamente prejudicial.

A proposta também modifica o abono de permanência, limitando seu valor à quantia paga pelo servidor a título de contribuição previdenciária e tornando obrigatório o pagamento somente aos que preenchem a regra de transição. Aos demais servidores, este benefício será facultativo, segundo os critérios que serão estabelecidos por cada ente.

A PEC objetiva ainda implementar diversas mudanças em relação a questões sensíveis como pensão por morte, aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial das pessoas com deficiência, aposentadoria especial dos que exercem atividade de risco e etc., revelando-se extremamente prejudicial.

Em relação aos professores universitários, é importante ressaltar que esta categoria não é contemplada com nenhuma regra diferenciada, como ocorre com os professores do ensino básico, submetendo-se ao regramento geral e, portanto, às mudanças acima explicitadas.

Compreender os impactos que essa PEC poderá causar na aposentadoria dos trabalhadores é essencial para o fortalecimento da luta em prol da rejeição ou da melhoria do projeto, pois somente dessa forma será possível garantir a minimização dos danos a toda a classe trabalhadora.

Fernanda Kelen é advogada (OAB/AM 11.739) e da Assessoria da ADUA

Comentários



Maik Anderson Rodrigues
Parabéns ao Consuni pelo posicionamento.

Todos contra a Homofobia. (sobre o Consuni ter aprovado uma moção de repúdio à LGBTfobia na Ufam)



Luciana Frazão
Trabalhando trancada e evitando andar nos corredores depois que escurece e

quando saio me deparo sempre com a Ufam deserta... difícil, difícil.. (sobre a suspensão das aulas em cursos noturnos da Ufam devido a sensação de insegurança)



Ronney Feitoza
Triste, mas precisamos saber e entender que as desigualdades são produzidas

socialmente e podemos transformar esse quadro! (sobre relatório da ONG britânica Oxfam responsável por apontar que oito homens possuem a mesma riqueza que os 3,6 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre da humanidade)



Patrícia Melo Sampaio Uma iniciativa do Conselho de Representantes da Adua Seção

Sindical, em parceria forte com entidades e coletivos LGBT+! Sindicato na luta contra a homofobia! Juntos somos mais fortes! #UfamSemHomofobia #EstamosAquiPraViver (sobre ato público em repúdio à LGBTfobia na Ufam)